

## EDITORIAL

Considerando o atual estágio de desenvolvimento científico e tecnológico (C&T), e a condição de saúde da sociedade brasileira, emerge uma discussão sobre o atendimento às demandas sociais e as ações em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias que possam dar resposta a esses limites.

É claro o estímulo institucional à chamada pesquisa básica, ao lado da constatação da ainda pequena resolutividade que se espera de instituições como as Universidades e os serviços de saúde. Paralelamente à escassez de recursos alocados para C&T, percebida em especial no governo Collor, e de maneira não uniforme entre os estados brasileiros, verifica-se o adiantado estado de corrosão do Sistema de Saúde, cujo reflexo atinge direta ou indiretamente toda a sociedade. Por outro lado, entende-se que o desenvolvimento de tecnologias não constitui-se, em si, um fator de reversão do quadro de precariedade da atenção à saúde no país. Vale referir que a lógica privatizante das últimas décadas favoreceu o notável desenvolvimento experimentado pelo modelo hospitalocêntrico, com a consolidação de práticas de elevado refinamento tecnológico. Historicamente é evidente a grande diferenciação que houve no estabelecimento de ações de saúde nos níveis terciário e quaternário, quando comparadas àquelas desenvolvidas no setor público, especialmente no nível primário de atendimento, que sofreu um brutal sucateamento ao longo das últimas décadas, e onde encontram-se as condições mais agudas de baixa resolutividade.

Os encaminhamentos possíveis e de eficácia só serão factíveis se inseridos dentro de uma política que contemple não só o desenvolvimento de tecnologias que atendam a diretrizes pré-estabelecidas a partir das demandas sociais, mas também que garanta a canalização de recursos e meios que viabilizem sua aplicação, em uma perspectiva que considere as características claramente diversas observadas entre estados e regiões.

**Maria Angélica Tavares de Medeiros**  
**Semiramis Martins Álvares Domene**